

## Casos policiais e encapsulamento: uma análise das expressões referenciais metonímicas

*Police cases and encapsulation: an analysis of metonymic referential expressions*

**Marcos Helam Alves da Silva**

Universidade Estadual do Piauí – Piauí – Brasil

**Márcia Ananda Soares Siqueira de Sousa**

Universidade Federal do Piauí – Piauí – Brasil



**Resumo:** Amparando-nos na noção de encapsulamento de natureza cognitivo-discursiva defendida por Lima (2013), Sousa e Lima (2015) e Sousa (2021), o objetivo deste trabalho é fazer uma análise da função encapsuladora das expressões nominais “Caso Pessegini”, “Caso Eliza Samudio”, “Caso Eloá Pimentel” e “Caso Elize Matsunaga”, as quais são designativas de quatro dos casos policiais repercutidos na mídia brasileira, descrevendo-lhes a base semântico-cognitiva de natureza metonímica. Para isso, respaldamo-nos em reflexões teóricas procedentes de uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva. Da primeira, lançamos mão das noções de encapsulamento (Conte, 2003; Francis, 2003; Lima, 2013; Sousa; Lima, 2015, Sousa, 2021), e, da segunda, consideramos os Modelos Cognitivos Idealizados (Lakoff, 1987). As análises nos conduzem à elucidação das maneiras pelas quais o interlocutor pode (re)construir as associações semânticas estabelecidas no texto e as relações entre os referentes.

**Palavras-chave:** Encapsulamento. Metonímia. Casos policiais.

**Abstract:** Based on the notion of encapsulation of a cognitive-discursive nature defended by Lima (2013), Sousa and Lima (2015) and Sousa (2021), the objective of this work is to analyze the encapsulating function of the nominal expressions “Pessegini Case”, “Eliza Samudio Case”, “Eloá Pimentel Case” and “Elize Matsunaga Case”, which designate four of the police cases reported in the Brazilian media, describing their semantic-cognitive basis of a metonymic nature. For this, we support ourselves in theoretical reflections arising from an interface between Textual Linguistics and Cognitive Linguistics. In the first, we draw on the notions of encapsulation (Conte, 2003; Francis, 2003; Lima, 2013; Sousa; Lima, 2015, Sousa, 2021), and in the second, we consider Idealized Cognitive Models (Lakoff, 1987). Our analyses lead us to elucidate the ways in which the interlocutor can (re)construct the semantic associations established in the text and the relationships between referents.

**Keywords:** Encapsulation. Metonymy. Police cases.

## 1 Introdução

No campo da Linguística Textual, apesar de sofrer variações terminológicas, o processo de encapsulamento consiste, em linhas gerais, na sumarização de uma porção textual homologada por uma expressão referencial anafórica, a qual se configura como um sintagma nominal ou um pronome, geralmente demonstrativo. Por essa razão, convencionou-se o uso mais frequente da expressão “encapsulamento anafórico” para nomear esse fenômeno linguístico. Todavia, em pesquisas como as de Lima (2013), Sousa e Lima (2015) e Sousa (2021), temos a noção de que a função resumidora de algumas expressões ultrapassa os conteúdos explicitados no texto e chega às raias de conhecimentos compartilhados. Sendo assim, há a defesa de uma noção de encapsulamento em que os elementos cognitivos, que são intrínsecos a esse mecanismo, sejam descritos e interpretados. Essa concepção, defendida pelas autoras mencionadas, será também, aqui, encarada como válida e norteadora das nossas reflexões.

Assim, com o propósito de empreender um exercício analítico, amparado, como já dissemos, pelas pesquisas das autoras, este artigo se propõe a analisar o papel encapsulador que particulariza as expressões nominais instanciadas por metonímias. Para tanto, respaldando-nos em uma interface entre a Linguística Cognitiva e a Linguística Textual, em razão da dinamicidade e complexidade desse processo referencial, em termos descritivos e explanatórios. Desse modo, recorremos à Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (Lakoff, 1987 e colaboradores). O *corpus* deste trabalho é constituído por três textos que pertencem ao gênero notícia e que apresentam as expressões nominais “Caso Pesseghini”, “Caso Eliza Samudio”, “Caso Eloá Pimentel” e “Caso Elize Matsunaga”<sup>1</sup>, às quais designam fatos e/ou eventos policiais.

Para a efetivação de nossos propósitos, dividimos este artigo em três seções, cujo conteúdo abrange, respectivamente, os fundamentos teóricos que dão sustentação às análises aqui realizadas, provenientes da perspectiva da referenciação (Mondada; Dubois, 1995) e seus consequentes desdobramentos no agrupamento dos processos referenciais. Nos dois primeiros momentos, buscamos apresentar, de forma resumida, o estado da arte, enfatizando os pontos que se encaixam nos nossos interesses. Em seguida, delineamos as reflexões que nos levam à conjectura de que as expressões nominais metonímicas analisadas assumem nas notícias uma função encapsuladora. Essas reflexões sugerem, ainda, que a descrição e a interpretação dos processos semânticos que participam dessas expressões referenciais podem ajudar a compreender as maneiras pelas quais os interlocutores (re)constroem as associações semânticas instauradas nos textos e as relações entre os referentes na cadeia textual-discursiva. Por último, tecemos as considerações que dizem respeito à proposta do artigo.

## 2 Sobre o encapsulamento

Dentro do escopo teórico da Linguística Textual (doravante LT), o encapsulamento é entendido como uma paráphrase resumitiva de informações precedentes e/ou consequentes. Trata-se de um mecanismo linguístico inicialmente estudado por Conte (2003 [1996]) e Francis (2003 [1994]), seus principais expoentes, cujas abordagens do fenômeno diferem apenas em termos designativos. Ou seja, na designação proposta por Conte (2003 [1996]), o fenômeno é chamado de encapsulamento anafórico, enquanto Francis (2003 [1994]) o classifica de rótulo. Nos termos de Conte (2003 [1996]), o encapsulamento anafórico é:

uma anáfora lexicalmente baseada, construída com um nome geral (ou um nome avaliativo, um nome axiológico) como núcleo lexical e revela uma clara preferência por um determinante demonstrativo. (...) é um recurso coesivo

<sup>1</sup> Ressaltamos que, embora sejam três notícias, serão analisados quatro casos, visto que os “Caso Eloá Pimentel” e o “Caso Elize Matsunaga” encontram-se na mesma notícia.

pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença) (Conte, 2003 [1996], p. 178).

De modo a deixar claro sua proposta, a autora apresenta o exemplo (1) apontando o sintagma nominal “este fato” como uma anáfora encapsuladora, já que essa expressão é responsável pela sumarização da porção precedente do texto, isto é, do período que introduz o enunciado.

(1) A Verdade, profunda anomalia do nosso sistema de televisão, representa o peso do poder político. *Este fato* provocou uma excessiva fragmentação da rede privada, sobretudo no Centro-Sul [itálico nosso] (Conte, 2003 [1996], p. 178).

Conforme o empreendimento analítico da autora, esse tipo de ocorrência não pode ser igualado aos exemplos padrões de anáforas, já que os seus referentes apresentam um estatuto ontológico diferente, ou seja, não são indivíduos, mas entidades designativas de estados de coisa, situações, fatos ou eventos, conforme podemos ver em (1). Além disso, esse referente não é propriamente delimitado no texto, uma vez que sua (re)construção fica a cargo do leitor/ouvinte (Conte, 2003 [1996]).

Como pontuamos anteriormente, em Francis (2003 [1994]), esse mesmo fenômeno é chamado de rótulo e é caracterizado como um recurso coesivo, cujo principal aspecto definidor é a exigência de lexicalização cotextual, que se realiza tanto catafórica quanto anaforicamente. À vista disso, a autora faz uso dos termos prospectivo e retrospectivo para designar, respectivamente, os rótulos precedentes e consequentes à sua lexicalização. A expressão “este problema”, no exemplo a seguir, assume o papel de rótulo retrospectivo, haja vista ser precedido por sua lexicalização e, dessa maneira, encaminha o leitor a compreender a rejeição aos anticorpos como sendo um problema.

(2) O sistema imunológico dos pacientes reconheceu os anticorpos do rato e os rejeitou. Isso significa que eles não

permanecem no sistema por tempo suficiente para se tornarem completamente eficazes. A segunda geração de anticorpos agora em desenvolvimento é uma tentativa de contornar este *problema* através da “humanização” dos anticorpos do rato, usando uma técnica desenvolvida por [...] [itálico nosso] (Francis, [1994], 2003, p. 195).

Quanto a essas diferenças terminológicas apontadas pelas autoras, alinhamo-nos a Cavalcante (2003) e a Zavam (2007), as quais assumem uma postura de simplificação do que diz respeito à sua designação. Isso porque nos interessa, aqui, a consensualidade de que ocorre encapsulamento sempre que uma porção textual for, de fato, sumarizada ou rotulada através de uma expressão referencial ou de um pronome, geralmente demonstrativo.

Sendo assim, por questão de economia, mas sem deixar de salientar que o encapsulamento tem servido como objeto de estudo para muitas pesquisas na LT, trataremos, agora, dos aspectos que nos interessam mais de perto quanto à concepção desse processo e que está diretamente relacionada às nossas conjecturas.

De fato, podemos afirmar que a concepção de encapsulamento nas pesquisas em LT, até onde sabemos, foi pensada para aplicação em textos verbais, em que são analisados apenas os aspectos textuais-discursivos que participam do processo, não se considerando os aspectos cognitivos inerentes ao processo de construção de sentido dos textos, como vimos nos exemplos (1) e (2). A despeito disso, temos, respaldados nas pesquisas de Lima (2013), Sousa e Lima (2015) e Sousa (2021), a convicção de que uma análise mais sofisticada do fenômeno deve considerar, tanto em termos descritivos, como nos interpretativos, as estruturas cognitivas que organizam nosso conhecimento e participam desse fenômeno, mostrando-o de forma mais produtiva, uma vez que pode alcançar muito mais satisfatoriamente as formas com que os interlocutores manejam seus conhecimentos de mundo e (re)constroem os sentidos nos textos.

Lima (2013) e Sousa e Lima (2015) analisam o funcionamento referencial de expressões designativas de operações da Polícia Federal. Por meio desse estudo, as autoras defendem uma noção de encapsulamento mais enlargetada e que não se limita apenas à retomada de porções cotextuais<sup>2</sup>, mas que contempla, também, em termos descritivos e interpretativos, o processamento das estruturas cognitivas que organizam nosso conhecimento e que participam desse fenômeno, afinal, “o conhecimento não consiste apenas em uma coleção estática de conteúdos de experiência, mas também em habilidades para operar sobre tais conteúdos e utilizá-los na interação social” (Koch, 2002, p. 37). Assim, para fins do exercício de análise que aqui desenvolveremos, partiremos das concepções de encapsulamento desenvolvidas por Lima (2013) e Sousa e Lima (2015) por creditarem a ideia de que é possível verificar uma certa função encapsuladora em expressões referenciais de natureza metonímica. Para um melhor entendimento, valemo-nos do exemplo (3), analisado por Lima (2013, p.122).

(3) A ministra Laurita Vaz, do STJ, concedeu liminarmente determinação para suspensão dos interrogatórios de pessoas investigadas pelo Procurador Regional da República da 1<sup>a</sup> região em desmembramento da Operação Caixa de Pandora.

Para a autora, o termo “operação”, o qual é concebido como um evento, organiza-se cognitivamente por meio de um *script* que, nas palavras de Feltes (2007), configura-se como um conjunto de inferências organizadas previamente a uma dada situação rotineira. Há, nesse *script*, a presença de muitos elementos e uma sequência de acontecimentos que abrangem desde “a estrutura da operação” (participantes, alvo, estratégias) até a sua deflagração (cumprimento de prisões) e divulgação (resultados da operação)”, conforme pontua Lima (2013, p. 123). Para a referida autora, tal modelo

<sup>2</sup> Nos termos de Cavalcante (2011) o cotexto é a materialização dos elementos linguísticos na superfície textual. O contexto, por sua vez, é definido por Koch e Elias (2006, p. 59), como “tudo aquilo que, de alguma forma, contribui para ou determina a construção de sentidos”.

cognitivo, assim como os modelos metafóricos, metonímicos e *frames*, permitem o entendimento de uma forma de encapsulamento de informações no nível das estruturas e do processamento cognitivo.

Assim, no âmbito da referência, Lima (2013) entende que, quando se atribui à operação uma designação, tem-se a possibilidade de identificação, de maneira contextual e também particular, dos elementos que se fazem presentes em cada designação. Ocorre que, nessa perspectiva, o nome da operação funciona como um gatilho através do qual é possível acessar as informações que não se encontram disponíveis no texto. Em outras palavras, o que ela considera como sendo informações encapsuladas por uma determinada designação são as informações que particularizam a operação, isto é, sua essência, o que inclui os objetivos da investigação e o teor do crime investigado.

A partir de Lima (2013), uma visão de encapsulamento voltada apenas para questões de cunho textual-discursivo não contempla descrições de outras ocorrências linguísticas que, no processamento referencial, se configuram como de caráter encapsulador, como é o caso das designações de operações realizadas pela Polícia Federal, como visto no exemplo (3). Assim, considerando que a descrição dos aspectos cognitivos que envolvem esse processo referencial, no caso específico do tipo de ocorrência investigado, como diz a autora, pode ter como desdobramento a configuração de uma nova categoria analítica no quadro das funções referenciais.

Diante disso, Sousa e Lima (2015), ainda analisando expressões linguísticas designativas de operações da PF nos gêneros comentário, postagem do *twitter* e artigo de opinião, defendem que essas expressões evocam modelos cognitivos responsáveis pelo encapsulamento de uma determinada estrutura que, por sua vez, podem ser evocadas pelos nomes das operações. Em suas análises, as autoras chegam à conformação de um tipo particular de introdução referencial, a *introdução referencial com função encapsuladora*, como podemos ver no exemplo (4) retirado de Sousa e Lima (2015, p. 350):

(4) Escrito por Prof. Amílaldo Quaresma – 25/10/2010 Roberto Góes foi mentir na rádio, mas não deu certo. A notícia, além de confirmada pela PF, está na Veja, na Folha e no UOL. Só não sei pq o esforço de desmentir a verdade. Será por medo de prejudicar a campanha de seu candidato nomeado por ato secreto assinado por Sarney, ligado a Waldez Góes e parentes presos pela PF? No palanque de seu candidato, além dele mesmo (cassado por seis vezes e duas vezes conduzido coercitivamente à PF), WG, Marília, há tb dois nomes ligados à *Operação Sanguessuga*. Esse é o palanque da mudança? Que mudança? Isso já não seria o suficiente p/ prejudicar uma campanha que se diz, que se vê como a “única” mudança?!?! Durma-se com um barulho desse!

Ao realizar as análises, as autoras dizem que a Operação Sanguessuga teve como objetivo desmantelar um grupo criminoso envolvido em delitos contra a ordem tributária, por meio de fraudes em processos licitatórios no setor da saúde, especialmente relacionados à aquisição de ambulâncias. Integravam essa organização criminosa servidores do Ministério da Saúde e da Câmara dos Deputados. Desse modo, metaoricamente, o nome de batismo da operação remete ao animal “sanguessuga”, um verme do filo dos anelídeos que se prende a outros animais para sugar deles o sangue e, popularmente, essa palavra faz referência à caracterização de pessoas que exploram financeiramente outras. Sousa e Lima (2015) defendem, ainda, que, no exemplo (4), traços do domínio “VERME-PARASITA” são mapeados metaoricamente para designar os criminosos, já que os indivíduos agiam como parasitas ao desviar as verbas destinadas ao beneficiamento da população, tendo, portanto, na subjacência da expressão linguística “Operação Sanguessuga”, a metáfora “PESSOAS SÃO ANIMAIS PARASITAS”, uma vez que traços do domínio-fonte “ANIMAIS-PARASITAS” são deslocados para o domínio-alvo “PESSOAS”, que são os investigados pela operação. Assim, a expressão referencial “a Operação Sanguessuga” é responsável pelo encapsulamento dos aspectos referentes ao teor da operação, os quais não se encontram disponíveis

na materialidade textual-discursiva. A par dessas questões, as autoras constroem o argumento de que a expressão referencial “a Operação Sanguessuga” aparece pela primeira vez no texto encapsulando elementos/informações acerca da operação, que são ativados via processamento do modelo cognitivo subjacente à designação, assumindo, assim, o papel de “introdução referencial com função encapsuladora”.

Acerca dessas questões, as autoras deixam claro que não estão desconsiderando que o conhecimento compartilhado faça parte do processo de (re)construção do sentido da operação nos textos analisados, haja vista a quantidade de informações divulgadas quando uma operação é desencadeada, mas que apenas isso não é suficiente, uma vez que as próprias expressões guardam relações diretas com os modelos metafóricos e/ou metonímicos, os quais, de certo modo, sustentam a essência da operação. Assim, amparados pelas reflexões de Sousa e Lima (2015) e Sousa (2021), buscamos, com as análises aqui realizadas, tecer explicações cognitivas para as expressões que desempenham, nos textos analisados, um papel encapsulador, destacando que a descrição dos processos semântico-cognitivos intrínsecos às expressões favorece a compreensão das distintas maneiras pelas quais os interlocutores (re)elaboram as conexões de sentido presentes nos textos e as ligações entre os referentes.

### 3 Modelos Cognitivos Idealizados

É a partir de Lakoff (1987) que a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI) tem os seus princípios erigidos. Para o autor, a organização do conhecimento humano encontra-se em estruturas que, segundo ele, são assumidas como Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs). Lakoff (1987) propõe que os conceitos sejam organizados em termos de construções mentais.

Ainda segundo seus postulados, os modelos cognitivos se constituem como constructos idealizados porque não se ajustam perfeitamente ao mundo. Isso ocorre porque as nossas relações interacionais se realizam a partir da interface entre cognição e

realidade e também através de processos experienciais. Dessa maneira, a noção de modelo cognitivo encontra-se determinada pelas nossas necessidades, crenças e propósitos. Com isso, podemos dizer que esses modelos podem se constituir de diferentes formas para o entendimento de uma mesma situação. Os modelos são, pois, resultados das atividades humanas, determinados pela relação cognição e experiência, frutos da nossa capacidade de categorização (cf. Lakoff, 1987; Feltes, 2007; Lima, 2009; Sousa, 2021).

Segundo Feltes (2007), os modelos cognitivos devem ser compreendidos como Modelos Culturais, visto que nosso sistema conceptual e as categorias por ele criadas são, simultaneamente, culturais e sociais. Assim, a cognição humana está indissociavelmente ligada à experiência humana corpórea, social, histórica e cultural. Porém, em relação a alguns aspectos, nem todos os Modelos Cognitivos podem ser considerados como Modelos Culturais, isso porque alguns Modelos Cognitivos têm um valor universal.

A TMCI sustenta-se com base no experencialismo, característica humana essencial e base de sustentação para a Linguística e Semântica Cognitivas. Ela propicia um avanço na compreensão das categorias complexas que não tem base no domínio físico e que são percebidas como incorporadas e imaginativas.

De acordo com Lakoff (1987), os MCIs utilizam-se de quatro tipos de princípios estruturadores: (i) as estruturas de imagem-esquemáticas; (ii) estruturas proposicionais; (iii) os mapeamentos metonímicos; e (iv) os mapeamentos metafóricos. A partir deles, originam-se cinco tipos básicos de modelos cognitivos: (i) de esquema de imagens; (ii) proposicionais; (iii) metonímicos; (iv) metafóricos; e (v) simbólicos (Lakoff, 1987). Segundo Feltes (2007, p. 128), “cada um desses tipos de modelos contribui, de modo específico para a estruturação das experiências, seja no plano puramente conceitual, seja no plano linguístico-conceitual”.

Dado o recorte deste trabalho, nos deteremos a dois desses modelos: (i) os proposicionais e (ii) os metonímicos. Assim, os modelos proposicionais, quais sejam *frames* e *scripts*, servem para estruturar o nosso conhecimento oriundo de “experiências passadas, diretas ou indiretas, na relação com o mundo, sendo armazenados em nossa memória de longo prazo, tendo, a partir daí, um papel fundamental na geração de inferências e predições” (Lima; Feltes, 2013, p. 41).

Ainda na visão das autoras, um *script* é uma espécie de cadeia inferencial pré-organizada numa sequência de conceptualizações relacionadas a um dado evento, situação ou rotina específica. O *frame*, por sua vez, é uma espécie de esqueleto, como um molde cheio de lacunas que deverão ser preenchidas com informações oriundas do nosso conhecimento experiencial (Lima; Feltes, 2013).

Para Feltes (2007), a concepção de *frame*, no âmbito da Linguística Cognitiva, é elaborada a partir dos estudos de Fillmore (1976, 1977, 1982a, 1982b, 1985), cujos frames são definidos como estruturas responsáveis por desempenhar papéis representativos de entidades conceptuais.

Em se tratando dos Modelos Metonímicos, Lakoff (1987) concebe-os, estruturalmente, representados pelo esquema CONTAINER e seu mapeamento é feito através do esquema ORIGEM-PERCURSO-META. Esses modelos consistem em tomar um ponto bem assimilado ou facilmente percebido de alguma coisa e utilizá-lo para estar em função da coisa como um todo, por algum outro ponto ou parte dele.

Conforme Feltes (2007), esse tipo de modelo configura-se como uma rica fonte de efeitos prototípicos, uma vez que se estrutura a partir do princípio de que um membro de uma determinada categoria, subcategoria ou submodelo é considerado como representativo para propósitos vários, como raciocínios, reconhecimentos de objetos, julgamentos, planos, entre outros.

Nesse contexto, Lakoff (1987) apresenta algumas fontes metonímicas de efeitos prototípicos, tais como: estereótipos sociais, exemplos típicos, os ideais, os padrões, os geradores, os submodelos, os

exemplos salientes. Por princípio de economia e foco analítico, não nos deteremos em explicar cada um deles. É importante esclarecermos que, nas análises, trabalharemos apenas com o modelo metonímico de forma mais geral, não importando as nomenclaturas dadas em cada um desses subtipos, mas, sim, suas noções. Feitas essas breves explicações de cunho teórico, passamos à metodologia do trabalho e, posteriormente, ao exercício analítico.

#### 4 Metodologia

Do ponto de vista metodológico, neste trabalho, a análise se pautará, parcialmente, pela proposta de interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva, conforme proposta metodológico-analítica de Lima (2009), a qual sustenta a descrição dos aspectos cognitivos inerentes às expressões nominais metonímicas em análise. Por um procedimento mais indutivo, analisamos o desempenho textual dessas expressões, os *frames*, *scripts* e metonímias. O *corpus*, como já mencionamos na introdução, é constituído por três textos que pertencem ao gênero notícia e que apresentam as expressões nominais "Caso Pesseghini", "Caso Eliza Samudio", "Caso Eloá Pimentel" e "Caso Elize Matsunaga", as quais designam fatos e/ou eventos policiais de grande repercussão nacional.

Diante disso, elencados os textos e definidas as bases analíticas, é necessário organizarmos as análises em duas etapas. A primeira etapa se ocupará dos aspectos cognitivos: i) Identificação das metonímias que subjazem às expressões referenciais que nomeiam os casos policiais listados acima; ii) Decomposição e descrição dos elementos que compõem as metonímias. Já a segunda etapa se ocupará dos aspectos textuais e das relações que são construídas entre ambos, além da construção da coerência textual. Para tanto, descreveremos o comportamento textual dessas expressões referenciais metonímicas nas notícias a fim de que se entenda a função encapsuladora que tais expressões assumem nos textos.

Embora separemos essas etapas por questões metodológicas, nas análises, isso é construído simultaneamente dada a noção de texto assumida neste trabalho. Dessa forma, acreditamos que, seguindo esses procedimentos metodológicos, chegaremos à apresentação de dados que validem a ideia de que as expressões nominais metonímicas envolvem a descrição do caráter encapsulador que perpassa essas expressões com base em uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva. Passemos, portanto, às análises dos dados.

#### 5 Análise dos dados

Nosso exercício de análise consistirá em analisar o papel encapsulador que particulariza as expressões nominais instanciadas por metonímias. Conforme descrito na metodologia, analisaremos as seguintes expressões dispostas em três notícias jornalísticas que tratam de quatro casos: (1) Caso Pesseghini; (2) Caso Eliza Samudio; (3) Caso Eloá Pimentel; e, (4) Caso Elize Matsunaga. Passemos, pois, ao primeiro caso, o Caso Pesseghini:

(1)

##### Caso Pesseghini: polícia conclui que menino matou família

Polícia conclui investigação nove meses após o crime em São Paulo

Nove meses após a morte de cinco pessoas da mesma família, a Polícia Civil concluiu nesta terça-feira o inquérito e apontou que o garoto Marcelo Eduardo Bovo Pesseghini, de 13 anos, assassinou os pais, a avó e a tia-avó enquanto dormiam. Segundo a investigação, ele cometeu suicídio depois.

O crime ocorreu na madrugada de 5 de agosto do ano passado na Zona Norte da capital paulista. O garoto foi apontado como principal suspeito do crime. Os corpos dos cinco integrantes da família foram encontrados com perfurações de bala, cada um em sua cama. Apenas o corpo de Marcelo estava em outra posição, ao lado da mãe, junto à cama dos pais.

Inicialmente, a polícia levantou a possibilidade de o crime ter ocorrido em retaliação já que o pai do menino, Luís Marcelo Pesseghini, de 40 anos, era sargento da Rota (tropa de elite da Polícia Militar), e a mãe, Andréia Bovo Pesseghini, de 36 anos, era cabo da PM. Na semana anterior aos assassinatos, uma operação policial havia prendido mais de vinte

pessoas envolvidas com o tráfico de drogas.

Com o avanço das investigações da polícia, porém, prevaleceu a hipótese de que o filho do casal de PMs era o autor do crime. Segundo o especialista em psiquiatria forense, Guido Palomba, que assinou um laudo encomendado pela Polícia Civil, o menino sofria de doença mental e tinha delírios que o faziam misturar realidade com um mundo fantasioso.

(Fonte:<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/caso-pessegini-policia-conclui-inquerito-e-culpa-menino-pelos-assassinatos/>)

Inicialmente, observamos que o conjunto de expressões linguísticas que constituem o título da notícia (“polícia”, “menino matou família”) evocam o *frame* de CASO POLICIAL. A partir dessa chave metonímica, em que o nome da família Pessegini, se associa ao conjunto da sequência de eventos que constituem o “caso”, o leitor aciona o frame de CASO POLICIAL e, com ele, o *script* de investigação de um homicídio múltiplo. Esse *script* comporta, em sequência, elementos como: i) o crime – a morte de cinco pessoas de uma mesma família; ii) a investigação – isolamento da área, preservação de provas, entrevistas com testemunhas e familiares, instauração de inquérito e compilação de depoimentos; iii) a divulgação – encaminhamento do inquérito ao Ministério Público, denúncia e eventual processo penal. No caso concreto, algumas lacunas desse *script* permanecem por preencher, já que o desfecho envolveu o suicídio do único suspeito, como informa a notícia (“...assassinou os pais, a avó e a tia-avó enquanto dormiam... ele cometeu suicídio depois”).

A partir desse *script* é possível que se evoque também o *script* de investigação policial de um homicídio do qual participam os seguintes elementos: i) isolamento da área, preservação de provas, entrevistas com testemunhas e familiares; ii) instauração de inquérito, compilação de depoimentos, anexação de documentos ao inquérito; iii) encaminhamento do inquérito ao Ministério Público, análise por promotores; iv) acusação formal contra o suspeito, análise da denúncia por um juiz, transformação do inquérito em ação penal, julgamento e sentença final; v) arquivamento do processo.

Como os *scripts* moldam-se como cadeias inferenciais pré-organizadas relativas a um evento situado (LAKOFF, 1987), é possível que alguns elementos ontológicos não sejam preenchidos pelo interlocutor, como é o caso do elemento “ação penal”, uma vez que, conforme informações disponíveis em (1), o garoto, que também é vítima, fora apontado, após investigações, como o principal responsável pela morte dos pais, avó e tia-avó, além da própria morte, o que é confirmado nas sequências “(...) o garoto Marcelo Eduardo Bovo Pessegini, de 13 anos, assassinou os pais, a avó e a tia-avó enquanto dormiam... ele cometeu suicídio depois (...).” Esse fato confirma a força preditiva que marca os *scripts*, os quais são passíveis de falhas em sua estrutura. Essas falhas só são alcançadas de maneira situada e experiencial.

Uma leitura que consideramos possível no texto em questão é a de que as relações metonímicas entre os elementos presentes permitem uma referência ambígua, provavelmente proposital, a qual ocorre da seguinte forma: a sequência de eventos inerentes ao processo investigativo resulta numa mudança de percepção crítica por parte das autoridades policiais sobre a natureza do crime. Isto é, o caso policial passa de crime de homicídio múltiplo de toda uma família por um agente externo na direção da assunção de um crime de homicídio seguido de suicídio. Por conseguinte, em estágios investigativos iniciais, o título “Caso Pessegini” ativava um *frame* de base metonímica em que as vítimas – a família inteira – eram tomadas pelo crime; num segundo momento, as descobertas forenses promoveram uma reestruturação da compreensão cognitiva acionada pelo título da notícia: “Caso Pessegini”, então, passou a homologar uma referência dupla: VÍTIMAS PELO CRIME (ou NOME DA FAMÍLIA PELO CRIME) e AUTOR DO CRIME PELO CRIME.

Acreditamos que a evocação desses MCIs proposicionais, *frames* e *scripts*, contribui significativamente para fundamentar a noção de que a expressão referencial “Caso Pessegini”, além de encapsular/condensar informações diluídas em todo o contexto, recupera outras disponíveis no nível das

estruturas cognitivas a partir da interpretação desses modelos. Considerando, ainda, os aspectos cognitivos que perpassam essa expressão, temos, assim, as metonímias NOME DA FAMÍLIA PELO CRIME e NOME DO AUTOR DO CRIME PELO CRIME, o que contribui, sobremaneira, para que o interlocutor estabeleça uma relação entre o nome do caso e os fatos e sua complexidade em si.

Ficam destacadas, portanto, a importância da evocação dos MCIs descritos para a construção do referente “Caso Pesseghini”, uma vez que, ainda que o cotexto apresente significativamente marcas que contribuam para que o interlocutor chegue a considerações do que foi o caso e seu desfecho, muitas relações só são construídas com a recorrência a essas estruturas.

Empreendido nosso primeiro exercício analítico, passemos ao Caso Eliza Samudio, conforme texto (2).

(2)

**Goleiro Bruno: 15 anos depois, delegado garante que sabe onde está corpo de Eliza Samudio**

Caso que chocou o país completa 15 anos e pode ganhar reviravolta com revelação de delegado

**O caso Eliza Samudio**, que chocou o país em 2010, completa 15 anos e pode ganhar novo rumo nas investigações. Durante participação em podcast, o ex-delegado Jorge Lordello, revelou que sabe onde está o corpo de Eliza.

Lordello foi convidado no podcast de Lisa Gomes e comentou sobre o caso. Assim, afirmou saber exatamente onde o corpo de Eliza, que nunca foi encontrado pela polícia, está enterrado.

“Eu sei onde está, eu sei a localidade. A minha conclusão é a seguinte: o Bola [ex-policial Marcos Aparecido dos Santos] mora numa região periférica na cidade de Vespasiano – Minas Gerais. Aquela região tem uma mata muito grande. A minha experiência diz que ele já, antes, deveria ter feito uma cova naquela localidade. Ele esperou aquelas pessoas saírem de lá, ele leva o corpo sozinho, enterra essa menina e volta pra casa dele”, declarou.

Segundo o ex-delegado, a região é muito extensa e, por isso, o corpo não foi localizado.

“Demorou um bom tempo pra polícia chegar nele, e é óbvio que ele, como ex-policial e profissional, jamais vai contar. O doutor Edson Moreira esteve na mata, mas ela é muito extensa, então o corpo não foi encontrado. Pra mim, este corpo está

enterrado nas matas da cidade de Vespasiano”, afirmou. Ele ainda reforçou a dor da Dona Sônia, mãe de Eliza. “A polícia trabalhou, trabalhou e não resolveu o crime. Dona Sônia [mãe de Eliza Samudio] sente não ter podido ter feito um enterro digno pra sua filha, sei da dor dela e foi uma vó e mãe maravilhosa”, concluiu.

(Fonte:<https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2025/apos-15-anos-do-caso-delegado-affirma-saber-onde-esta-o-corpo-de-eliza-samudio/>)

No segundo texto, identificamos no enunciado duas expressões metonímicas distintas que rotulam o mesmo episódio. A primeira (“Goleiro Bruno”) convoca a metonímia AUTOR PELO CRIME, pois o prenome profissional do acusado substitui a descrição do assassinato e da ocultação de cadáver; já a referência “o caso Eliza Samudio” instaura a metonímia NOME DA VÍTIMA PELO CRIME. Tais designações operam como gatilhos que permitem ao leitor evocar o crime de 2010, em que a modelo Eliza Samudio desapareceu e cujo mandante, o, então, goleiro do Flamengo, ficou conhecido nacionalmente.

É a partir dessas ancoragens metonímicas que se ativa o *frame* de CASO POLICIAL e o *script* de um homicídio com ocultação de cadáver. Esse *script* inclui eventos como: i) o crime (assassinato e ocultação); ii) os investigados (Bruno Fernandes e o ex-policial Marcos “Bola”); iii) a investigação, recolha de provas e depoimentos; iv) a mobilização da mídia e a rotulação do caso. Diferentemente do que ocorre no texto (1), a notícia em análise quase não fornece pistas sobre a natureza do crime; ela apoia-se na notoriedade do caso e na força evocativa das expressões “Goleiro Bruno” e “caso Eliza Samudio”. Por isso, o esforço inferencial do leitor desloca-se para o nível cognitivo: quem se depara com essas designações precisa recuperar, a partir da memória social, o enredo do desaparecimento, a participação de outros envolvidos e a incerteza sobre o paradeiro do corpo.

É possível que a ausência de informações se constitua como proposital em virtude da cobertura jornalística e repercussão que o caso demandou. Daí a maior complexidade do processo inferencial, haja vista a ausência de pistas sobre a essência do crime

para a evocação dos MCIs. Em contexto como este, assim como em (1), é a interpretação da metonímia que subjaz à expressão, o que possibilita que o leitor ative a informação que orienta a natureza do crime.

Com isso, entendemos que o papel encapsulador pode incidir sobre essas expressões referenciais “Goleiro Bruno” e “Caso Eliza Samudio”, uma vez que assumem a função de encapsular as informações que se encontram difusas em toda a extensão textual, além, é claro, das que estão resguardadas nas próprias expressões, de maneira a antecipar ao interlocutor o assunto abordado em toda a notícia.

Vamos, então, à análise do último texto (3).

(3)

**Casos de Eloá Pimentel e Elize Matsunaga** ganharão filmes em 2025  
Novos filmes do diretor de "A Menina que Matou os Pais" prometem abordar detalhes de crimes que chocaram o Brasil

Por: Pedro Benjamin Prado  
3 dez 2024 - 17h13 (atualizado às 17h27)



Elize Matsunaga - Condenada a 19 anos e 11 meses de prisão pelo assassinato do marido, o empresário Marcos Matsunaga, em 2016, ficou encarcerada na Penitenciária Feminina de Tremembé até 2022, quando progrediu para o regime aberto. - Foto: Divulgação/Netflix  
Foto: Divulgação/Netflix / Jogada10  
Dois dos crimes mais marcantes do país, o sequestro e assassinato de Eloá Pimentel e o homicídio de Marcos Matsunaga, esquartejado por sua esposa Elize Matsunaga, vão virar filmes em 2025.

As duas produções serão dirigidas por Maurício Eça e realizadas pela Santa Rita Filmes, responsável por sucessos como "A Menina que Matou os Pais" e o projeto sobre o Maníaco do Parque. As obras abordarão as complexidades dos crimes, incluindo manipulações psicológicas e a cobertura sensacionalista da mídia, elementos que marcaram ambos os casos.

#### Equipe criativa

Após um começo no cinema infantil, Maurício Eça se especializou no true crime brasileiro com a trilogia de filmes sobre Suzane von Richthofen, "A Menina que Matou os Pais", e o recente "Maníaco do Parque", lançados na Prime Video.

Assim como aconteceu com "A Menina que Matou os Pais", as produções devem retratar os casos com base nos autos processuais, com cuidado especial com vítimas e familiares. Os roteiros serão assinados por LG Bayão ("Maníaco do Parque"), com pesquisa conduzida por Thaís Nunes.

#### Fase de negociações

Embora os filmes anteriores tenham sido exibidos no Prime Video, as novas produções ainda estão sendo discutidas com canais de exibição. O elenco principal já está em fase avançada de negociação, com anúncios previstos em breve. E a estreia prevista é para 2025.

(Fonte:[https://www.terra.com.br/diversao/entre-telas/filmes/casos-de-eloa-pimentel-e-elize-matsunaga-ganharaos-filmes-em-2025.e1f96320a2cdd5fdf28001610a0e0f1c05mi9n4x.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/diversao/entre-telas/filmes/casos-de-eloa-pimentel-e-elize-matsunaga-ganharaos-filmes-em-2025.e1f96320a2cdd5fdf28001610a0e0f1c05mi9n4x.html?utm_source=clipboard))

Em (3), assim como nos demais

textos aqui analisados, temos realçados, através de expressões linguísticas como "casos", "Eloá Pimentel", "Elize Matsunaga", um conjunto de expressões que evocam novamente o *frame* de crime. Embora cada um dos casos possua sua especificidade: o primeiro trata-se de um crime caracterizado como um feminicídio e, o segundo, um homicídio. Cada um é, também, constituído com *scripts* que envolvem a sequência de acontecimentos do crime.

A expressão “caso Eloá Pimentel” mobiliza a metonímia NOME DA VÍTIMA PELO CRIME: ao mencionar a adolescente sequestrada e assassinada em outubro de 2008, o enunciador dispara o *frame* de CRIME HEDIONDO e o *script* de sequestro seguido de morte. Esse *script* inclui, em ordem, a invasão do apartamento por Lindemberg Fernandes, o cárcere privado prolongado (mais de 100 horas de negociação transmitida ao vivo) e o desfecho trágico com a entrada do grupo tático da polícia e a morte de Eloá, como registram fontes históricas. Cada uma dessas etapas é preenchida na memória do leitor porque a

metonímia ativa conhecimentos culturalmente partilhados sobre o caso.

A designação “caso Elize Matsunaga”, por sua vez, aciona a metonímia NOME DA AUTORA DO CRIME PELO CRIME. Aqui, o nome da ré não apenas individualiza o episódio, mas também evoca o assassinato e esquartejamento do empresário Marcos Matsunaga em maio de 2012, crime confessado por sua esposa. Essa expressão traz à tona o *frame* de HOMICÍDIO PASSIONAL e um *script* de crime familiar: descoberta de traição, discussão, disparo fatal, esquartejamento, ocultação de cadáver e, finalmente, julgamento e condenação.

É preciso, ainda, dizer que, no texto em análise, as informações que preenchem os *scripts* dos casos estão dispostas na superfície textual, o que facilita a interpretação das metonímias que subjazem a essas expressões. Nesse sentido, essas expressões assumem a função de condensar informações que podem ser acessadas a partir de pistas disponíveis no texto e de suas relações com os elementos cognitivos inerentes a essa expressão. Enfatizamos que, nesse caso, o grau de inferência por parte do interlocutor para que haja a (re)contrução dos sentidos e a compreensão dos propósitos da notícia é muito menor em razão das pistas que contribuem para tal.

## 6 Considerações finais

Este estudo teve como propósito analisar o papel encapsulador que particulariza algumas expressões nominais instanciadas por metonímias. Com isso, podemos compreender e analisar o encapsulamento, entendido na literatura, como uma expressão referencial rotuladora ou sumarizadora de partes textuais, agora, como um fenômeno linguístico de natureza cognitivo-referencial, cujos aspectos cognitivos que dele participam sejam descritos e interpretados. O alicerce nesse viés para o trato do encapsulamento, o qual, reiteramos, foi apontado inicialmente por Lima (2013), Sousa (2012), Sousa e Lima (2015) e Sousa (2021), nos conduziu à necessidade de trabalharmos, assim como as autoras,

por meio de uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva.

É preciso pontuarmos, ainda, que as ocorrências do papel encapsulador das expressões linguísticas aqui analisadas confirmam a ideia de que se trata de um fenômeno cuja complexidade se desvela de maneira mais eficaz pela identificação e descrição das metonímias que subjazem a essas expressões, quais sejam NOME DA FAMÍLIA PELO CRIME, NOME DO AUTOR DO CRIME PELO CRIME, AUTOR PELO CRIME, NOME DA VÍTIMA PELO CRIME (esta metonímia se repete, respectivamente, nos casos Eliza Samudio e Eloá Pimentel) e NOME DA AUTORA PELO CRIME.

Como vimos, as expressões referenciais com papel encapsulador — mesmo quando o referente resume conteúdos já manifestos no cotexto — não exigem, necessariamente, um processamento cognitivo mais intenso. Ainda assim, para a construção da coerência e dos sentidos do texto, torna-se indispensável a interpretação das metonímias e de seus componentes, como demonstram as análises dos exemplos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

## Referências

- CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 44, p. 105-118, 2003.
- CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.
- FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228
- FELTES, H. P. de M. **Semântica cognitiva**: ilhas, pontes e teias. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- FILLMORE, C. J. Frame semantics and the nature of language. **Annals of the New York Academy of Science**: Conference on the origin and development of language and speech, v. 280, p. 2032, 1976.
- FILLMORE, C. J. The need for a frame semantics in linguistics. In: KARLGREN, Hans (ed.). **Statistical Methods in Linguistics**, n. 12, p. 5-29, 1977.
- FILLMORE, C. J. Towards a descriptive framework for especial deixis. In: JARVELLA, R. J.; KLEINS, W. (eds.). **Speech, place, and action**. London: John Wiley, 1982a, p. 3159.
- FILLMORE, C. J. Frame semantics. In: Linguistic Society of Korea (eds.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin, 1982b.
- FILLMORE, C. J. Frames and semantics of understanding. **Quaderni di Semantica**. v.6 n.2, 222-255, 1985.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation. **TRANEL** (Travaux Neuchâtelois de Linguistique), n. 23, p. 273-302, 1995.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LIMA, S. M. C. de. **Entre os domínios da metáfora e metonímia: um estudo de processos de recategorização**. 2009. 204f. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- LIMA, S. M. C. Operação Caixa de Pandora: o encapsulamento na referênciação de operações policiais. **Linguística e Literatura: percorrendo caminhos**. Teresina: EDUFPI, 2013.
- SOUZA, M. A. S. S. **O papel encapsulador das expressões referenciais metafóricas e/ou metonímicas**. 2021. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- SOUZA, M. A. S. S.; LIMA, S.M.C. Operação sanguessuga, operação castelo de areia e operação sexto mandamento: meras designações ou verdadeiras caixas de pandora? In: **Veredas - Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 344-356, 2015.
- ZAVAM, A. São axiológicas as anáforas encapsuladoras? In: CAVALCANTE, M. M.; COSTA, M. H. A.; JAGUARIBE, V. F.; CUSTÓDIO-FILHO, V. (Org.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.